

MERCADO INTERNO, PRINCIPAL ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE DO BRASIL

MÁRIO MAZZEI GUIMARÃES

Do ponto de vista do desenvolvimento, não é possível ainda localizar um denominador comum da pecuária bovina de corte do Brasil. Há acentuadas diferenciações regionais, resultantes da estrutura dos mercados, de características ecológicas e de nível técnico pecuário e/ou industrial. Como mais ou menos definidas existem a pecuária do Brasil Central e a do Rio Grande do Sul, e ambas com deficiências graves, se cotejadas com outras de países mais desenvolvidos ou mesmo de nível de desenvolvimento igual ao brasileiro. As outras regiões, exceto manchas isoladas, apresentam um complexo de carne bovina ainda pouco ordenado, às vezes balbuciante.

Todavia, se nos abstrairmos dessas diferenciações, e admitirmos um conjunto pecuário nacional, verificaremos que, apesar de progressos regionais e globais assinalados, os índices de desenvolvimento, medidos pelo desfrute do rebanho e seu rendimento-carne, estão bastante aquém das pecuárias marcantes do mundo: as dos países de apreciável importação (EUA, GB, etc.) e as dos principais países de exportação (Argentina, Austrália, etc.).

O objetivo deste trabalho é o de tentar verificar que mercados poderiam contribuir para melhorar as condições de desenvolvimento da pecuária bovina de corte brasileira, e portanto melhor inserir esta num programa geral de desenvolvimento econômico. A *conclusão* do autor é a de que, no contexto tradicional e atual da produção e do consumo mundial de carnes bovinas, o *desenvolvimento da respectiva pecuária deste país depende sobretudo dos estímulos que receber dos mercados internos.*

Rebanho cresce pouco.

Partindo-se de dados censitários, verifica-se que entre 1940 e 1960 o rebanho bovino brasileiro aumentou de 34,5 milhões de cabeças para 55,7 milhões, ou 61%. No mesmo período, a população humana subiu de 41,2 milhões a 71 milhões de pessoas, ou 73%.

Há essa falha elementar, pois, em país ainda em fase de ocupação agropecuária de suas terras, de fraco e irregular índice exportador e de baixo consumo de carne bovina 'per capita': a população bovina vem crescendo menos que a humana.

Acontece ainda que a distribuição do gado não se processa com certa uniformidade. O Brasil Central, de estados pecuários afins (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Guanabara e Distrito Federal) continha, em 1940, 17,1 milhões de cabeças, ou 50% do total; em 1960 possuía 31,3 milhões, ou 56% do total: o seu desenvolvimento esteve assim, acima da média brasileira. Cotejado com outra área de pecuária evoluida (a do Rio Grande do Sul), o Brasil Central demonstra superioridade de ritmo de aumento do rebanho, pois o Rio Grande do Sul em 1940 registrava 22% da população pecuária brasileira e em 1960 representava apenas 16%.

Desfrute sofrível

A tradução em carne desse rebanho, de desenvolvimento numérico insatisfatório, também não se mostra favorável. O desfrute do rebanho no país, medido pelas matanças de 1961 (divulgadas pelo Ministério da Agricultura) sobre as existências do final de 1960, acusou 12,7%, quando se registram índices de 34% (EUA), 30% (Argentina), 45% (França), 36% (Austrália, etc).

Se tamássemos como referência dados de rebanho estimados pelo MA, sempre superiores aos verificados pelo Censo, o índice de desfrute seria ainda menor.

Ainda aí, há diferenciações regionais: o BC consegue o desfrute de 13,7% e o RS de 11,5% (ambos em 1961). O resto do país também obteve em 1961 cêrca de 11,5%.

Admite-se que o pequeno índice de procriação e a excessiva mortalidade, devido a pragas, moléstias, carências

alimentares e rigores climáticos, sejam os fatores responsáveis pelo defrute sofrível. Nesse caso, o Brasil Central apresentaria condições mais favoráveis à pecuária bovina, a partir de seu clima mais regular, sem o frio excessivo do inverno (sul), ou as grandes sêcas estacionais ou cíclicas (quase todo o Nordeste).

Pouca carne em muito tempo

O peso médio do gado abatido no país também se acha abaixo do nível considerado satisfatório internacionalmente. O Brasil em 1965 alcançou por *boi abatido* (exclusive vacas e vitelos) a média de quase 210 quilos, nível inferior ao de 5 anos atrás (212 kg), mas acima de 10 anos antes, 200 kg). As médias norte-americanas acusam animais acima de 240 kg e as européias acima de 280 kg. Mas aqui há diferenças regionais, acentuadas: São Paulo, ainda em 1965, obteve 238 kg em média por boi abatido, enquanto RGS só alcançou 215 kg.

O problema mais grave, porém, não é o da média de peso-carne do novilho, nestes tempos de procura do "boi enxuto"; mas o da excessiva idade (4 anos acima) com que o bovino brasileiro de corte caminha para o matadouro. Tem havido progresso, e em São Paulo há muito abate de animal de 3 anos e pouco. Ainda se acha aparentemente longe o dia em que animais de 2 anos possam ir ao corte como regra, a exemplo do que acontece no seio das pecuárias mais avançadas do mundo.

Produção insatisfatória

Com rebanho desenvolvendo-se pouco, dando defrute sofrível, rendendo carne escassa e tardia, a pecuária bovina brasileira teria que apresentar insatisfatórios dados globais de produção.

No decênio 1940/49, abateram-se 4,9 milhões de bovinos, em média, no país. No decênio seguinte, de 1950-59, a média, subiu a 6,5 milhões, ou mais 33%. Nos primeiros 6 anos de 60, de que há dados definitivos e oficiais, a matança cresceu apenas até a 7,3 milhões de cabeças em média, ou mais 12% que no decênio anterior, perdendo assim o ritmo de avanço da década de 50. Além de não compensar o aumento das populações humanas e o crescimento dos mercados, nos últimos anos o abate tem dado sinais de estacionamento, mesmo

em números absolutos. Assim, enquanto entre 1957 a 1959 se abateram, em média, 7,6 milhões de cabeças por ano, entre 1960 e 1965, como se viu, a matança não passou de 7,3 milhões anuais. Em 1965, o abate chegou a 7,8 milhões, ou seja, o mesmo nível de 1959 e menos que o de 1958 (7,9 milhões). Acredita-se que em 1966 não tenha havido progresso. Pelo menos os 29 principais estabelecimentos paulistas reduziram o movimento em cerca de 14%.

Além disso, o desenvolvimento, do ponto de vista regional, não tem sido equilibrado. O Brasil Central aumentou os abates médios entre o decênio 50 e os primeiros 6 anos da década seguinte, de 3,8 a 4,3 milhões de cabeças (mais 13%); e o Rio Grande do Sul os reduziu de 1,1 a 1 milhão de cabeças.

Tais resultados refletiram-se proporcionalmente na produção de carnes do gado abatido.

Pecuária de mercado interno

A pecuária de corte do Brasil vive quase exclusivamente do mercado interno. Entre 1956 e 1965, do gado abatido, exportou apenas 4%. O ano de maior volume exportador, depois do período de guerra, foi o de 1959, e então só 7% do volume das carcaças obtidas se destinaram ao comércio exterior. Em 1965, ano de razoável movimento exportador, a cota desceu a 5% e em 1966 deve ter declinado ainda mais.

O Rio Grande do Sul é a principal e mais regular área exportadora. Entre 1956 e 1965 exportou a média anual de cerca de 15% da carne obtida do gado sacrificado. O Brasil Central, a outra principal região pastoril, não logrou mais que uma cota relativa de exportação de cerca de 2% anuais, durante o mesmo período.

Deve marcar-se que o BC, voltando sobretudo para o mercado interno, conseguiu maiores progressos em sua pecuária bovina de corte (volume, desfrute e pêso-carne do rebanho) do que o RGS, onde a exportação realmente conta.

Assinale-se aqui que o BC é o responsável pelo abastecimento dos maiores centros populacionais e industriais do país; o RGS limita-se ao abastecimento estadual, tendo começado a participar do mercado interestadual só mais recentemente, e em escala ainda irregular e reduzida (exceto, em termos, quanto a charque).

Consumo “per capita”: fraco e em declínio

Apesar da dominância absorvente do mercado interno, o consumo de carne bovina “per capita” no Brasil situa-se em níveis subdesenvolvidos. Os índices internacionais são expressivos:

| LIBRAS-PÊSO “PER CAPITA” | | | |
|--------------------------|-----------|-----------|------|
| Países | 1965/1960 | 1961/1965 | 1965 |
| (média anual) | | | |
| Canadá | 77 | 82 | 87 |
| EUA | 91 | 99 | 105 |
| México | 26 | 25 | 25 |
| Argentina | 188 | 177 | 25 |
| Colômbia | 51 | 53 | 53 |
| Venezuela | 34 | 45 | 46 |
| Paraguai | 127 | 108 | 110 |
| Uruguai | 164 | 165 | 181 |
| França | 65 | 71 | 71 |
| Alemanha Ocidental | 39 | 47 | 46 |
| Itália | 26 | 36 | 35 |
| Áustria | 40 | 43 | 41 |
| Grécia | 8 | 19 | 23 |
| Espanha | 12 | 16 | 17 |
| Grã-Bretanha | 60 | 57 | 51 |
| Iugoslávia | 14 | 14 | 13 |
| Austrália | 125 | 98 | 101 |
| Nova Zelândia | 107 | 104 | 109 |
| Brasil | 46 | 38 | 36 |

(Fonte: “World Agricultural Production and Trade” — USA Department of Agriculture — Foreign Agricultural Service).

O consumo brasileiro “per capita” está muito abaixo do nível dos países de índice satisfatório. O mais grave é que declinou nos anos de 60 em relação aos últimos da década de 50, tanto que, antes, superávamos o nível de 8 países em 19, e passamos a superar apenas o de 5. E enquanto a tendência geral é a de maior consumo individual de carne bovina, no Brasil ela é contrária.

Acontece ainda que as diferenças regionais são acentuadas. Sem alcançar nível satisfatório, o Brasil Central acusa média mais elevada que a do Sul e a do resto do Brasil. Assim, em 1961-65, enquanto o BC utilizou 22,5 kg de carcaça (carne limpa, sem elaboração posterior), por habitante, em

média, o sul (RGS, PR e SC), utilizou 19,3 kg e o resto do país apenas 9,9 kg. Tais números se obtêm abatendo a carne produzida da que se exportou (reduzidas sempre ao peso rognal da carcaça). Tem-se ainda medida das disparidades anotando-se que, na cidade de São Paulo, o consumo "per capita" deve ultrapassar 40 kg por habitantes.

Exportação não estimula

Voltada para o mercado interno, a pecuária brasileira, com um rebanho desenvolvendo-se insatisfatoriamente, não consegue melhorar o nível da dieta cárnea da população humana. Restaria indagar se, acaso ela fôsse dirigida no sentido de fornecer os mercados externos, na grande escala, poderia, superar o nível pouco desenvolvido em que ainda se encontra. Tal hipótese, embora discutível do ponto de vista social (implicaria em quebra dos já precários níveis internos de consumo, pelo menos imediatamente), não seria viável, porém. Os preços externos estimulam menos o pecuarista que os internos. Não seria mera coincidência o fato de o RGS, mais dedicado à exportação que o BC, apresentar índices de desenvolvimento pecuário menos satisfatórios.

A participação do Brasil no mercado mundial de carnes é pequena e irregular. Quando o frequentamos, o fazemos na condição de caudatários, cobrando os preços que os grandes exportadores nos permitem e que, por sua vez, lhes permitem os grandes mercados importadores.

Entre 1956 e 1960, exportamos menos de 3% do volume total das exportações mundiais. Entre 1961 e 1965, segundo dados preliminares (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), o Brasil participou apenas com 2% do mercado internacional de carnes bovinas. Dentro de nosso modesto plano perdemos posição relativa.

Salvo em ocasiões esporádicas (Primeira Guerra Mundial, Guerra da Abissínia, Segunda Guerra Mundial, etc.), os preços externos não exercem atração, dentro da chamada "paridade internacional". Possivelmente, na guerra de 14 e no conflito ítalo-africano, a abertura do comércio exterior, num país ainda de mercado local acanhado, tenha promovido o desrepreamento de gado envelhecendo no interior, e assim exerceu funções estimulantes. Com o surto da industrialização e a formação de grandes populações urbanas, fenômenos que se acentuaram após a segunda guerra mundial, a exportação perdeu características estimulantes.

Preço interno mais elevado

Entre 1958 e 1965, segundo dados da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central e do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, o preço por atacado do boi casado, com osso, no mercado interno (Capital de São Paulo), assim evoluiu em confronto com o preço obtido na exportação de carne congelada, com e sem osso:

| Anos | NCr\$ por kg | |
|---------------------|-----------------|------------|
| | Mercado interno | Exportação |
| 1958 | 0,03 | 0,03 |
| 1959 | 0,04 | 0,04 |
| 1960 | 0,07 | 0,10 |
| 1961 | 0,10 | 0,13 |
| 1962 | 0,15 | 0,13 |
| 1963 | 0,25 | 0,25 |
| 1964 | 0,52 | 0,73 |
| 1965 | 0,73 | 1,23 |
| 1966 (1.º semestre) | 1,10 | 1,40 |

Nem sempre há ágio da carne exportada, com e sem osso, sobre a de mercado interno (SP), sempre com osso. E o excedente daquela nem sempre cobre a "charge" para se colocar o produto livre a bordo. Para se ter idéia de como os preços externos não são mais atraentes que os internos, registre-se que o exportador habitual de carne congelada é o RGS e que, para exportar, êle cota normalmente a sua carne em volta de 20% abaixo da do Brasil Central. Em 1966 (1.º semestre) para poder exportar a NCr\$ 1,40 por tonelada, o RGS (donde saiu tôda a carne congelada exportada pelo país) proporcionou aos seus pecuaristas, em Pôrto Alegre, a média de NCr\$ 0,45 por kg bruto de boi em pé, ou seja, NCr\$ 12,65 por arrôba de carne limpa (sistema do Brasil Central). No mesmo período, o BC registrou a cotação média de ccerca de NCr\$ 15,30 por arrôba, no interior, livre de frete e impôsto, o que tornou a sua carne gravosa. Boi a mais de quinze cruzeiros novos por arrôba líquidos para o pecuarista, coloca-se no mercado interno e reclama até intervenções drásticas no mercado, como no fim do primeiro e em todo o segundo semestre de 66 (preço CADEP, vendas pela SUNAB, etc.); mas para o mercado externo, foi preciso boi a menos de 13 cruzeiros novos, inclusive impôsto e frete.

Problema não é de custo

Poderá dizer-se que o problema é de custos internos elevados e que, mediante maior produtividade e outras medidas de racionalização, a pecuária brasileira poderia tornar-se competitiva. Mas os países de grandes mercados internos não são bons exportadores, e aqueles que são bons exportadores perdem posição externa à medida que se amplia e/ou intensifica o mercado interno.

Países de pecuária avançada, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha e outros, são grande importadores. E para manter o estímulo à própria pecuária de corte, possibilitam preços aos seus produtores muito acima da chamada “paridade internacional”.

Países de exportação tradicional, como a Argentina e o Uruguai, perdem posição no mercado mundial, à medida que se industrializam e precisam alimentar melhor as suas populações. A Argentina é um exemplo clássico: entre 1956 e 1960 participava com 36% das exportações mundiais, e entre 1961 e 1965 passou a contribuir com apenas 26% (números absolutos do Departamento de Agricultura dos EUA). Não é que a sua produção de carnes, medida pelo peso das carcaças do gado abatido tenha declinado; os dados da FAO permitem concluir que a produção argentina tenha atingido, nos últimos anos, a média de 2,5 milhões de toneladas, enquanto logo depois da guerra não chegava a 2 milhões. A pressão do mercado interno é a causa da perda de terreno do vizinho país no mercado internacional. Tanto que de tempos para cá, reserva-se compulsoriamente o boi de 410 a 480 kg brutos (o chamado “mediano” para exportação, o que significa um racionamento indireto, o qual se faz acompanhar, por vêzes, de racionamentos diretos. A excessiva dependência da Argentina do comércio exterior de carnes justifica essas medidas drásticas. Aliás, a citada reserva implica ainda num tabelamento indireto do boi de exportação, a partir do preço FOB, isto é, do que se convencionou chamar de “paridade internacional”.

Quem importa

Atualmente, (1965), os países importadores de carne assim podem classificar-se, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA:

| Países | % s/total mundial |
|--------------------|-------------------|
| Estados Unidos | 22 |
| Grã-Bretanha | 22 |
| Itália | 14 |
| Alemanha Ocidental | 9 |
| Outros | 3 |
| TOTAL | 100 |

Portanto, dois terços das importações concentram-se em apenas quatro países, que ditam o “mercado internacional” e situam-se todos na área dos “desenvolvidos”.

Continentalmente, a Europa Ocidental é a maior área importadora: 58% do total mundial, seguindo-se a América do Norte, com 23%. As áreas mais desenvolvidas do mundo capitalista absorvem assim 81% das exportações mundiais. Os Estados Unidos são ainda grandes exportadores de gado vivo do México e do Canadá: cerca de 2 milhões de bovinos em 1965.

Quem exporta

Os países exportadores, pela ordem, em 1965, são:

| Países | % do total |
|---------------|------------|
| Austrália | 25 |
| Argentina | 21 |
| Nova Zelândia | 8 |
| Uruguai | 5 |
| Outros | 41 |
| TOTAL | 100 |

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Quase 60% das exportações surgem de quatro países, todos com metas de desenvolvimento geral ainda a atingir. E porque se desenvolvem, a sua contribuição global, no setor de carnes bovinas, tende a declinar. Assim, continentalmente, a América do Sul e a Oceania participavam do comércio internacional de carnes com 70% entre 1956 e 1960; entre 1961 e 1965, passaram a 62%.

Mercado mundial delina

O volume das importações mundiais subiu no quinquênio 1961/65 em confronto com o de 1956/60: mais 29%. Todavia, mostra sinais de declínio nos últimos anos: em 1965, com 1.908.000 toneladas, significou 9% menos do que em 1964, 8% menos do que em 1963 e 13% menos do que em 1962. Certos países agrícolas europeus têm procurado compensar o declínio do “Além-mar”, como é o caso da Iugoslávia, da Holanda, da Dinamarca, da Irlanda e da França; mas excetuando os dois primeiros, os demais mostram sinais de esmorecimento, particularmente a França, que está quase nivelando as importações com as exportações de carne bovina.

O desnível de preços dos países exportadores

O deságio entre o preço da carne no país habitualmente importador e no país exportador típico não se deve medir, por exemplo, entre o preço FOB Buenos Aires e o preço corrente em Smithfield, Londres. Tem-se melhor panorama da “diferença de nível”, sabendo-se que o preço se paga no país importador ao pecuarista local e que o preço se paga no exportador ao pecuarista nativo. Segundo dados da FAO, o preço entre 1959 e 1963 assim evoluiu nos países abaixo:

| | Centavos de US\$ por kg de boi vivo pago ao produtor | | | | |
|----------------------------|------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| Países Exportadores | 1959 | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 |
| Argentina | 16,9 | 17,9 | 17,3 | 15,4 | 17,8 |
| Uruguai | — | 18,6 | 15,9 | 15,7 | 13,1 |
| Países Importadores | | | | | |
| Estados Unidos | 48,3 | 49,8 | 45,0 | 44,5 | 43,9 |
| Grã-Bretanha | 43,9 | 43,1 | 44,8 | 45,7 | 45,8 |
| Alemanha | 55,9 | 55,5 | 58,4 | 57,8 | 59,8 |
| Itália | 53,0 | 54,5 | 52,3 | 55,1 | 62,8 |

Esse subpreço crônico da pecuária dos países exportadores é que permite, por exemplo, que em 1965 a carne de exportação (boi morto) se cote em Brisbane, na Austrália, a 50 centavos de dólar por kg, e na Grã-Bretanha, em Smith-

field, a 79 ventavos; na Nova Zelândia, a 46, e em Chicago, a 94 e em Paris, a 1 dólar e 20 centavos.

E as perspectivas não são animadoras, no tocante à redução das diferenças: enquanto o MEC anuncia (Le Figaro Agricole, Agosto de 66), um “preço de orientação ao produtor” europeu se sua área, de US\$ 66,25 por 100 kg vivos para 1968, ou seja, cêrca de NCr\$ 1,79 por kg vivo de novilho, no Rio Grande do Sul, mesmo com a recente valorização do dólar, não se espera poder exportar folgadoamente em 1967 com um boi pago ao pecuarista a NCr\$ 0,55. Segundo recentes informações, o chilled argentino está obtendo apenas US\$ 0,40 por kg, FOB Buenos Aires, (30% abaixo do nível de 1965).

Naturalmente, os países importadores absorvem em tributos aduaneiros e internos a diferença entre o preço da carne CIF pôrto de destino e o preço FOB país exportador. Ainda há pouco, clamava-se na Argentina contra o fato de que um kg de carne de vitela, quarto traseiro, chegado a pôrto italiano por 950 libras, desde que viesse de fora da Comunidade Econômica Européia, pagava, até a chegada ao consumidor, a sobretaxa global de 800 libras. (Boletim da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central, n.º 24, de 12/12/66).

Exportadores tendem a comer menos

Dado, porém, o alto poder aquisitivo interno dos países importadores, o seu consumo de carne bovina “per capita” está em regra em ascensão, enquanto declina o dos países exportadores, bem como dos países insuficientemente desenvolvidos em geral. O quadro que divulgamos acima sôbre o consumo em 19 países, entre êles o Brasil, é expressivo.

Continentalmente, a América do Norte, que, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, consumia entre 1956 e 1960, a média per capita de 44,7 libras-pêso, passou em 1961/65 à média de 69, enquanto a América do Sul, onde há “grandes comedores” de carne bovina, como a Argentina e o Uruguai, declinou de quase 84 a 80 libras; o MEC, área importadora, ascendeu de 44 a 51, mas a Iugoslávia, país exportador e insuficientemente evoluído, acha-se estacionário, em tórno de 14 libras-pêso por habitante. Melhora na URSS, área que em regra mais importa do que exporta, de 26 a 30 libras, queda na Ásia, de 6 para 5, bem como queda na Oceania, de 116 para 100. O Paraguai, que passou a

intensificar as vendas externas (aumentou de cerca de 71% em 1965 sobre a média anual de 1956/60), fez uma dieta correspondente de 15%.

É natural que os países importadores, às voltas com populações cada vez mais exigentes de bem estar, procurem fazer uma política que estimule as produções locais e possibilite bons rendimentos fiscais sobre a carne importada, possivelmente visando a financiar as respectivas pecuárias nacionais. Mas os países exportadores terão que abrir os olhos a essa realidade, tomando consciência do quanto é artificial a “paridade internacional”, que os leva (caso sul-americano) a sucessivas desvalorizações externas da moeda nacional, a fim de compensarem a elevação dos custos internos e a compressão dos preços externos efetuada pelos importadores, quando não lançam mão do racionamento, como se fez na Argentina.

Idéia do desnível alimentar

Pondo de lado o caso de países exportadores habitados a uma dieta abundante de carne bovina (Argentina, Uruguai, Austrália, Nova Zelândia), pode-se tomar pé no desnível existente confrontando-se o consumo per capita de países que exportam (e não importam, ou importam pouco e irregularmente) e países que importam (e não exportam, ou exportam menos do que importam):

| Países Exportadores | Consumo “per capita” (Libras-pêso — 1965) |
|---------------------|----------------------------------------------|
| Brasil | 36 |
| México | 25 |
| Holanda | 41 |
| Iugoslávia | 13 |
| Irlanda | 32 |

| Países Importadores | Consumo “per capita” (Libras-pêso — 1965) |
|---------------------|----------------------------------------------|
| Estados Unidos | 105 |
| Grã-Bretanha | 51 |
| Alemanha Ocidental | 45 |
| Finlândia | 47 |

Certamente, há países exportadores que melhoram o consumo interno, como é o caso do Canadá, país rico, de população relativamente pequena. Mas, salvo alguns países exportadores, que já comem bastante carne e podem apertar o cinto para atender a outras imposições econômicas e sociais (caso típico da Argentina, que precisa exportar carne bovina, item fundamental de seu comércio exterior), não parece indicado o “elan exportador” a nações que comem pouca carne bovina e têm dificuldade de diversificar a dieta de base protéica animal (o que não acontece na maioria dos países importadores como os da Europa, que apresentam altos índices de consumo de leite, ovos e outras carnes). A exportação como força de estímulo não interessa nem a consumidores, porque já comem pouca carne bovina; nem a produtores, porque não conseguem, a não ser esporadicamente, um estímulo de preço como o que o mercado interno, na medida em que o país se industrializa, lhe possibilita.

O caso do Brasil

O Brasil está nêsse caso. Demonstrou-se neste trabalho que estamos entre os povos que menos consomem carne bovina, e é sabido, apesar disso, que ela é o “prato forte” em matéria de proteína animal em osso meio, dadas as dificuldades (maiores) das outras produções (pecuária leiteira, avicultura, suinocultura, etc.). Demonstrou-se ainda que o preço que a exportação reclama do pecuarista está muito abaixo daquele que vigora no país importador em benefício do produtor local.

Dessa forma, o que se pode fazer na pecuária de corte brasileira, para que ela se desenvolva e, por sua vez, influa no desenvolvimento geral, é criar condições favoráveis ao consumo interno, mediante estímulo à industrialização, à urbanização racional e à agricultura intensiva. A exportação tal como se acha estruturado o mercado internacional, não propicia preços regulares e estimulantes, como os mercados internos dos países desenvolvidos propiciam aos respectivos produtores nacionais.

O mercado interno é a meta a conquistar para o desenvolvimento da pecuária brasileira e para que esta se transforme em instrumento mais atuante do desenvolvimento global do país, obtendo mais ingressos de renda e portanto mais recursos para aplicações de melhoria e mais capacida-

de aquisitiva de produtos nacionais e importados. Naturalmente, não se deve desprezar totalmente a possibilidade de exportação, que se deve orientar, porém, para o setor manufatureiro, valorizando-se aqui, ao máximo, a matéria-prima excedente ao mercado nacional, quer na hipótese de sobra real (e não manipulada), quer na hipótese de “sobra de hábito”, isto é, de partes da carcassa sem possibilidade de consumo local, “in natura” ou mediante transformação: é o caso, por exemplo, do excedente de dianteiros e da ponta de agulha, que se pode transformar em matéria-prima de laticínios exportáveis. Ao invés de exportarmos o produto “in natura”, exportamos a sobra efetiva e industrializada.

Esse, a ver do autor, é o caminho, no setor de carnes bovinas, a favor do desenvolvimento econômico do Brasil.

Comentador: *Dr. Júlio César Covello*

Independendo da leitura do trabalho supra indicado, sabe-se que a pecuária nacional, quanto à sua perfeição zootécnica especializada e acentuado melhoramento genético está indiscutivelmente situada, ainda, sob prisma comparativo absoluto, em nível inferior a alguns dos países citados pelo autor — Grã Bretanha, Argentina e Uruguai, principalmente.

Este ponto de vista é válido para a pecuária do Brasil-Central e do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida como denominador comum. As de outras regiões do Brasil só de alguns anos a esta parte é que vêm merecendo uma certa atenção, não podendo ser enquadradas no mesmo nível apreciativo, como muito bem acentua o autor.

Essa nossa inferioridade atual, cuja redução indiscutível vem se processando a passos largos, é resultado de fatores econômicos e ecológicos. Entre os primeiros pode ser assinalado como preponderante o desenvolvimento do ciclo cafeeiro nacional que, praticamente, absorveu tôdas as atenções, atividades e investimentos quase totais nos meios rurais do Brasil-Central durante várias décadas, relegando a pecuária ao esquecimento e que apenas, há cerca de cinquenta anos, passou a merecer atenções especiais em zonas da região onde o café não era cultivado. Só do esforço e da tenacidade do mineiro é que resultou as primeiras importações de zebu que viriam melhorar e substituir o nosso "pé-duro" e o "tucura" que constituem então o rebanho bovino nacional, esforço êsse combatido enérgica e violentamente, na época, por grandes nomes nacionais com o apoio de imprensa de grande projeção no país.

A partir da decadência cafeeira é que a nossa pecuária começou a merecer atenção, quando já, nas exposições de Palérmo, na Argentina, eram premiados grandes reprodutores oriundos de raça européia, principalmente da Gra-Bretanha, criados e melhorados nas espetaculares cabañas platinas.

As grandes extensões pastoris mato-grossenses e goianas eram ainda vastos sertões longínquos, quase desconhecidos, onde rebanhos, em processo de refinamento progressivo, vagueavam ao sabor da ignorância e, portanto, ao abandono dos mais comensais cuidados de sentido melhorador.

Essa situação transata é de conhecimento pleno do ilustrado autor do trabalho ora comentado. Entretanto, não poderíamos deixar de relembrá-la para melhor aquilatar e valorizar os ingentes sacrifícios e esforços melhoradores que os nossos pecuaristas se impuseram para facultarem ao país o rebanho que hoje aí está, no Brasil-Central e no Rio Grande do Sul, matriz melhoradora e exemplo de trabalho que estão elevando qualitativamente os vários criatórios bovinos, ainda, precários, de outras diversas regiões do país, embora de ambientes ecológicos diversos e alguns deles ingratos.

Como bem reconhece e acentua o autor do trabalho que comentamos, o país, no ponto de vista pastoril principalmente, dizemos nós, acha-se “ainda, em fase de ocupação agropecuária de suas terras”, ocupação essa que vem se acentuando notavelmente nesses últimos anos, principalmente no vasto território mato-grossense, onde criadores capacitados, de mentalidade evoluída, instalaram e instalam novas fazendas. Diante dessa expansão pecuarista que estamos assistindo não se poderia pretender que o desfrute nacional já acusasse percentagens iguais, ou aproximadas mesmo, aos dos grandes países criadores citados pelo autor, onde sobram condições favoráveis, e nem tão altos rendimentos de carne, por carcaça, comparáveis aos das raças finas ou cruzadas, originárias de velhas seleções do continente europeu. Todavia, nesses dois pontos básicos que caracterizam uma pecuária de corte, vamos conseguindo melhoras acentuadas, uma vez que já ficou num passado relativamente recente os desfrutes nacionais de 9 e 10% e os pesos médios de carcaça de 200 kg. É necessário acentuar, neste particular, que de 1963 a 1966 ocorreram vários contratempos sérios, prejudiciais ao normal preparo dos animais destinados ao abate — seca de 1963/64, atuação requisitória da SUNAB, de efeitos nefastos, frios extemporâneos e acentuação aflitiva da falta de numerário nas zonas invernístas, motivando mais baixa lotação das invernadas desde 1965 agravada este ano, e entrega de tropas ainda imaturas aos matadouros, forçada pela falta de numerário.

As reações da crise, determinada tanto pela deficiente disponibilidade de dinheiro como pelo baixo poder aquisitivo

do consumidor, atingiram frontalmente a pecuária de corte. No Estado da Guanabara calcula-se que a queda de consumo de carne bovina, desde 1964, atingiu a cêrca de 40%, percentagem negativa essa mais elevada desde que considerando o aumento da população verificado no período.

O autor do trabalho que temos a honra de comentar, tanto pela sua ilustração especializada, como pelo diuturno contato que mantém com os problemas vários da pecuária de corte ventilados pela imprensa de que faz parte e com os grupos interessados na atividade, conhece profundamente as determinantes dêstes nossos comentários.

Não nos furtaremos, entretanto, a mais algumas considerações:

1. Computadas nossas estatísticas verifica-se que o índice de bovinos por habitante evoluiu de 1,01 em 1940 a 1,08 em 1957, com regressão transitória para até 1,03 em 1963 e, finalmente, para 1,10 em 1965. Os índices mais baixos foram os de 1945 a 1947, quando, por fôrça das nossas exportações de guerra, sangraram em demasia o bloco criatório do Brasil-Central. Nessa ocasião aquêle índice envolveu entre 0,96 e 0,98;

Êsses índices, referentes a outros países produtores, foram os seguintes em 1962/63:

| | |
|----------------|------|
| Argentina | 1,84 |
| Austrália | 1,69 |
| Canadá | 0,59 |
| Estados Unidos | 0,54 |
| México | 0,78 |

Diante desses números verifica-se que a situação brasileira é perfeitamente satisfatória em face das condições atuais da sua pecuária.

2. Sôbre o crescimento da população bovina e havendo tomado como denominador comum básico a pecuária do Brasil-Central por sua repercussão econômica inegavelmente preponderante, verifica-se que o seu crescimento médio anual no quinquênio de 1960/1965 foi de cêrca de 13,2%. Tendo em vista a população atual do Brasil-Central que engloba os maiores centros populacionais do país, o índice de bovino por habitante é de 1,24;

3. Quanto ao Rio Grande do Sul, sofreu êle, de 15 anos a esta parte, na sua pecuária fundamentada nos moldes ra-

ciais platinos, um impacto causado pela penetração de agricultura evoluida nas zonas pastoris da fronteira, determinando isto uma queda passageira do seu potencial bovino que, entretanto, já vem se restabelecendo, pois, que, a recuperação do rebanho vem se processando aceleradamente, havendo passado de 10.300.000 de cabeças em 1963 para 11.100.000 em 1965. Essa recuperação efetua-se ao lado de maior capacitação técnica de seus pecuaristas. Dada a limitação da área pastoril do Rio Grande do Sul, jamais o seu rebanho bovino voltará a atingir os 22% da população bovina nacional, como ocorreu em 1940, mesmo que a sua criação atinja o mais alto grau de técnica e de intensividade. Em 1965 a percentagem do rebanho gaúcho sôbre o total nacional baixou para 13,5%, embora seu rebanho venha sendo recuperado.

Isto quer dizer que não está havendo declínio da pecuária bovina do Estado sulino, pois que o quantitativo bovino ali existente, hoje, é dos mais elevados que já possuiu. O que está ocorrendo na realidade é o rápido agigantamento pecuário de corte do Brasil-Central tanto por força do vasto trabalho criador que aí se executa, como dos grande territórios pastoris ecológicamente apropriados de que dispõe.

Da mesma forma os abates riograndenses não podem deixar de acompanhar, percentualmente, os efetivos do seu rebanho, algumas vêzes, entretanto, alteradas essas percentagens por matanças adicionais de gado importado, ou pela exportação de tropas crioulas em pé, tais sejam as flutuações dos preços do novilho fronteiriço.

Quanto a consumo de carne bovina, o riograndense do sul, na campanha e nos centros urbanos do interior principalmente, compensa o menor consumo de carne bovina por elevada quota de carne de ovelha. Quantitativamente, considerando as carnes em geral, o sulino, individualmente, consome mais que o homem do Brasil-Central.

Resta assinalar que os índices de produtividade no Brasil-Central vêm melhorando também apreciável e rapidamente, pois que, nas fazendas de criação extensiva na região, já se situam êles entre 50 e 60%.

Considerando o abate de animais "erados" (pouca carne em muito tempo, segundo expressão do autor) como procedimento dominante no Brasil-Central, resulta êle, principalmente, da falta de técnica alimentar necessária ao preparo de novilhos novos, de raças ainda pouco precoces como as

nossas, cuja dieta exige forte complementação especializada de sais minerais indispensáveis à consolidação estrutural do arcabouço dessas rêses ainda não adultas.

A ignorância desse procedimento leva os invernistas a preferirem ainda, como procedimento tradicional, os animais “erados” que dão pesos brutos mais elevados, embora em tempo dobrado que aquele exigido pelo novilho de dois anos e meio adequadamente mineralizado. No ponto de vista econômico é ainda menos conveniente o “erado” tanto por custar mais, como por exigir muito maior quantidade de forragens ou de pastagens e mais demorado desempate do capital.

Diante dessa situação, levemente esboçada pelos comentários ao brilhante trabalho que nos foi distribuído, leva-nos ela a uma apreciação geral otimista da nossa pecuária de corte e a esperanças de sua destacada situação entre grandes produtores mundiais num futuro bem próximo.

* * *

O objetivo fundamental do trabalho apresentado é, segundo seu autor, “o de tentar verificar que mercados poderiam contribuir para melhorar as condições de desenvolvimento da pecuária bovina de corte brasileira, e portanto melhor inserir esta num programa geral de desenvolvimento econômico”.

Em continuação diz ainda, “A conclusão do autor é a de que, no contexto tradicional e atual da produção e do consumo mundial de carnes bovinas, o *desenvolvimento da respectiva pecuária deste país depende, sobretudo dos estímulos que receber dos mercados internos*”.

Diante das nossas exportações totais, cujos quantitativos em ordem cronológica inserimos em seguida a estes comentários, não restam dúvidas de que a conclusão do autor é acertada. Haja visto que todo progresso conseguido até hoje na pecuária nacional é, basicamente, resultado dos estímulos do mercado interno, apesar de deficientemente organizado. Todavia, os grandes óbices que dificultaram e dificultam ainda as nossas exportações serão fatalmente afastados, tanto porque a fome mundial de proteínas animais permanece e aumenta, como porque o potencial brasileiro produtor de carnes, diante desses aspectos, não poderia estacionar com a satisfação exclusiva do mercado interno. Isto seria regredir pela estagnação.

A nosso ver o desenvolvimento mais rápido da nossa pecuária depende:

a) de liberdade ampla de comércio interno e de exportação. Nada de controles, nada de quotas, nada de tabelamentos, como medidas imediatas, efetivas, permanentes e inamovíveis;

b) melhoramento da infra estrutura nacional armazenadora frigorífica e distribuidora de carnes, estrategicamente instaladas suas unidades em função das populações e centros a serem abastecidos;

c) criação e manutenção de material de transporte frigorífico sobre água; e,

d) ampliação paulatina e melhoramento do material de transporte frigorífico e de gado em pé por vias terrestres.

Estes quatro itens, independentemente de ação direta do pecuarista produtor, entram todavia a ação melhoradora dos rebanhos e de sua ampliação. Os problemas técnicos, financeiros e de preços serão resolvidos, todos, nas ocasiões precisas, desde que aqueles quatro itens fundamentais venham a ser atendidos, o mesmo ocorrendo com os problemas referentes à exportação, quando definitivamente liberada.

O espantinho constituído pelos atuais níveis dos preços internacionais e pelas preferências externas será afastado também em decorrência de um mercado estrangeiro definitivamente aberto aos nossos produtores, pois que esses dois fatores evoluem em função das necessidades mundiais crescentes, do maior ou menor capacidade financeira aquisitiva dos consumidores externos e da nossa capacitação em função das exigências consumidoras. Evolução progressista nada mais é que a faculdade permanente de adaptação a fatores previstos ou não, bons ou maus.

Conclusivamente, portanto, do mercado interno, em desenvolvimento, dependerá o desfrute do externo em todas as suas possibilidades e no menor prazo possível e, conseqüentemente, o melhoramento constante e firme da nossa pecuária de corte.

O que se torna impositivamente necessário, de imediato, é a tranqüilidade de ação e conseqüente segurança de procedimento dos nossos pecuaristas mediante a adoção executória e observância dos quatro itens já citados.

EXPORTAÇÃO DE CARNE

| Anos | Quantidade (t) | Anos | Quantidade (t) |
|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|
| 1940 | 140.639 | 1953 | 2.398 |
| 1941 | 103.252 | 1954 | — 75 |
| 1942 | 123.026 | 1955 | 4.458 |
| 1943 | 57.447 | 1956 | 11.081 |
| 1944 | 34.555 | 1957 | 29.291 |
| 1945 | 22.346 | 1958 | 43.349 |
| 1946 | 44.858 | 1959 | 58.413 |
| 1947 | 31.995 | 1960 | 14.092 |
| 1948 | 41.532 | 1961 | 28.611 |
| 1949 | 31.147 | 1962 | 23.654 |
| 1950 | 11.071 | 1963 | 18.857 |
| 1951 | 8.976 | 1964 | 26.626 |
| 1952 | 3.516 | 1965 | 53.368 |

A exportação de carne inclui: carne de vaca congelada, carne de vaca em salmora, carne seca ou charque, carne de vaca em conserva, carne de boi resfriada e congelada e carne de vitela congelada.